

## “ACOLHER AS DIVERSIDADES É AMPLIAR O CONHECIMENTO” – PRÉ-VESTIBULARES PARA PESSOAS TRANS\*, UNIVERSIDADE E PLURALIDADE EPISTÊMICA

*Jeferson Reis Santos<sup>1</sup>*  
*Lucas Lima de Andrade<sup>2</sup>*  
*Anna Paula Vencato<sup>3</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho, em diálogo com o transfeminismo e a sociologia do conhecimento, pretende examinar a disputa pela pluralidade epistêmica como elemento central para compreender as lutas em torno do acesso e da permanência da população trans\* e travesti no Brasil às universidades. Para isso, apresentamos um estudo de caso a partir da trajetória de um homem trans, ativista e pesquisador em educação. Em diálogo com as discussões teóricas apontadas, trazemos os relatos do nosso interlocutor - que estudou em um desses cursos e, ao ingressar na universidade, atuou nele como monitor, professor e coordenador -, para argumentar que as políticas públicas e as ações coletivas para a ampliação presença da população trans na universidade não devem ser vistos somente como meios para promover a ascensão social ou o acesso a diferentes profissões, ainda que ambas constituam dimensões importantes, nem este grupo deve ser visto como mero “beneficiário de ações”. Nossas conclusões apontam que as análises sobre esses temas precisam compreender a busca pela transformação das instituições e do conhecimento como elementos centrais nessas lutas.

**Palavras-chave:** Conhecimento, Pré-vestibular, Trans\*, Pluralidade epistêmica, Universidade.

1 Doutorando do Curso de Educação da Universidade de São Paulo - USP, jreissantos@usp.br;

2 Mestrando do Curso de Educação da Universidade de São Paulo - USP, andradelucas@usp.br;

3 Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas GeraisU-FMG, apvencato@email.com.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, notamos um aumento na demanda dirigida ao Estado e às instituições de ensino superior para a aplicação de políticas públicas. Isso inclui, principalmente, a reserva de vagas em programas de graduação e pós-graduação, com o objetivo de assegurar o acesso e a permanência de pessoas trans\* e travestis nas universidades públicas brasileiras. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Neste texto, apresentamos os resultados parciais de uma investigação de mestrado sobre os pré-vestibulares para pessoas trans\*. Optamos aqui por analisar as narrativas de um dos entrevistados da pesquisa, destacando a relação entre pluralidade epistêmica e acesso da população trans\* ao ensino superior.

Há uma série de pesquisas acadêmicas que analisam as trajetórias escolares da população trans\* e travesti (ANDRADE 2012; CARVALHO 2022; ZANZOTTI 2015; LIMA 2020; NUNES 2016). Essas produções dão conta da complexa relação entre esses atores e o Estado, e da “introdução do gênero nas políticas públicas de educação, com especial visibilidade para as demandas em torno da diversidade sexual” (VIANNA, 2012, p. 134) sendo também uma das demandas fundantes no movimento de travestis no país.

Luma Nogueira de Andrade (2012), busca evidenciar os assujeitamentos e resistências das jovens travestis na escola, elucidando as formas de disputar esse espaço para o acesso e permanência, e como as estudantes se movem na ordem normativa da escola, a partir de suas diferenças, submetendo-se, muitas vezes, a situações de violências para que consigam permanecer. Nesse sentido, as pesquisas têm feito esforços para expor que a exclusão escolar de pessoas trans e travestis, não é algo voluntário, como se dissemina, mas um processo de expulsão, motivado por diversos fatores, como a intolerância contra corpos dissidentes, violência verbal e física, a negação do nome social, a proibição do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, etc.

No entanto, a pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE, 2019): “Nome Social, a Ponta do Iceberg” apresenta um estudo sobre a importância da Portaria do Nome Social publicada pelo MEC em 2018 (Portaria n.33), e aponta para a inclusão de pessoas trans no processo de escolarização, e um aumento expressivo no registro de matrículas utilizando o nome social desde o Ensino Fundamental I com a anuência e requerimento dos pais ou responsáveis, até a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O nome social, serviu também de pontapé para os estudos sobre o acesso e permanência de pessoas trans e travestis no ensino superior no Brasil, além de tentar facilitar o mapeamento dessas pessoas nas instituições de ensino superior. Iazzetti (2022), em sua tese de mestrado, intitulada: “Existe universidade em pajubá? transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\*” realizou um diagnóstico inédito no Brasil sobre o acesso e a permanência de estudantes trans\* no ensino superior, além de investigar minuciosamente as instituições de ensino superior que adotaram a reserva de vagas para pessoas transexuais, travestis e transgêneros em seus cursos de graduação e pós-graduação em todo o território nacional.

Até a conclusão de sua pesquisa, em 2021, segundo a autora, 28 universidades públicas contavam com a reserva de vagas para pessoas trans\* em cursos de pós-graduação, e até o momento, apenas cinco Universidades públicas possuíam políticas de acesso, inclusão e permanência para pessoas trans, travestis e não binárias nos cursos de graduação, estando quatro delas localizadas no estado da Bahia, são elas, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e a Universidade do Estado do Amapá (UEAP), no Norte do país.

Recentemente a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) se juntou como mais uma das universidades baianas a criar vagas em todos os cursos de graduação como um medida de tentar reparar a exclusão dessa população à educação pública (UESB, 2023), e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aprovou a reserva de vagas que abrange políticas desde o ensino básico até a pós-graduação e estabelece cotas de 2% das vagas em cursos de graduação, pós-graduação e concursos públicos, além de um amplo programa de assistência estudantil. Vale destacar que, em 2019 a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) teve seu vestibular específico para pessoas trans, com vagas ociosas, cancelado pelo então presidente da República Jair Bolsonaro, através do Ministério da Educação (MEC) ferindo diretamente a política de autonomia universitária. Atualmente, e através da mobilização estudantil, a Unilab, também conta com a reserva de vagas para pessoas trans\* na graduação. Ou seja, até o momento, oito IES contam com políticas de acesso para pessoas trans\* na graduação.

Nesse cenário de intensas disputas e contradições, e em um país de dimensões continentais como o Brasil, torna-se complexo mapear com exatidão essas políticas, mas é fato que elas estão acontecendo, se expandindo e se tornando uma pauta cada vez mais presente de fora para dentro das Universidades, como

aponta Maria Clara Araújo dos Passos (2022), que documenta a história do movimento Travesti no Brasil, desde a produção de saberes na rua, nos anos oitenta, para o acesso à cidadania, até a sua entrada na academia, incidindo diretamente na produção de conhecimento nesse espaço.

Em junho de 2023, por meio da proposição do Projeto de Lei n.3109/2023, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), apresentou a proposta que em sua ementa estabelece reserva de no mínimo 5% das vagas para pessoas trans e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior no Brasil e dá outras providências.

A deputada recorre aos dados produzidos pela ANTRA, que revelam que 13 anos é a idade média em que pessoas trans\* e travestis são expulsas de casa pelos pais, e que cerca de 90% delas, estão envolvidas com a prostituição, e tem esse, como um meio de sobrevivência e um destino quase que único e compulsório. Ainda em sua justificativa, embasada na Lei de cotas n. 12.711/2012, e na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o PL historiciza o processo de exclusão e marginalização da comunidade LGBTQIA+, baseando-se nos documentos da Associação Nacional de Travestis e pessoa Trans (ANTRA), evidenciando as políticas públicas já construídas e a necessidade de outras no âmbito da educação como um direito constitucional.

A partir da primeira década dos anos 2000, foram marcantes as mobilizações sociais e institucionais voltadas para começar a garantir o direito de grupos subalternizados à educação superior no Brasil, nos processos seletivos, adotou-se cotas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência e/ou de baixa renda oriundos de escolas públicas e, há pouco tempo e ainda em baixa escala, medidas de acessibilidade em favor de pessoas com deficiência (para além das cotas) que visam garantir a permanência (JUNQUEIRA E SENKEVICS, 2022, p. 177).

No ano 2000 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), já havia implementado políticas afirmativas para negros, seguida da UnB, UFT, UFBA, UFG com implementações em 2004. “A implementação nacional, que só ocorreu em 2012, garantiu que três vezes mais pessoas negras, quilombolas e indígenas pudessem ingressar nas universidades e institutos federais.” (YORK, 2020, p. 88)

Nesse sentido, as políticas afirmativas para reserva de vagas para pessoas trans\* e travestis nas universidades e institutos federais vem trilhando um caminho semelhante. Com a implementação de ações internas, a exemplo das universidades baianas que têm sido pioneiras nesse processo, como é o caso já citado da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que tem a reserva desde o ano de 2018, sendo a primeira no Brasil, influenciando para que essa se torne

uma política nacional para inclusão desses corpos. IAZZETTI (2022) afirma que o modelo adotado pela UFSB, nos cursos de graduação influenciou diretamente a mesma medida implantada pela UFABC, em São Paulo.

A UFSB nasce no ano de 2013, sendo uma das mais jovens universidades públicas do país, a instituição tem origem num intenso momento de debates sobre inclusão social promovido pelo ação do REUNI e da Lei de cotas aprovada no ano anterior, tendo essa como uma de seus princípios fundantes, promover a inclusão, igualdade e justiça social. Em setembro de 2017, por meio da mobilização estudantil e de alguns professores, a UFSB publicou a resolução nº 07/2017 que estabelecia em seu Art. 4º que a universidade criaria uma vaga supranumerária, em cada um dos seus cursos de 2º ciclo, para estudantes transexuais e travestis.

Em 2018 a Comissão de Políticas Afirmativas da UFSB (CPAf), com o objetivo de ampliar o alcance da política a todos os cursos de graduação, revogou e substituiu a antiga Resolução em seus efeitos pela Resolução Consuni nº. 10/2018, com ampla divulgação nas redes sociais e colégios de ensino médio da região sul da Bahia.

Desde o início da década dos anos 2000, também, travestis e transexuais já demandavam do Estado o direito do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que só foi efetivado na edição do ano de 2015, permitindo que só então houvesse uma primeira noção de como estava se dando a participação dessa parcela da população no Exame, que desde 2009 passou a ser o principal meio de seleção para o ensino superior no Brasil. (JUNQUEIRA e SENKEVICS, 2022).

Por meio de uma nota técnica emitida em 2021 pela UFSB, com o objetivo de avaliar o programa, é possível analisar e relacionar o processo de exclusão de pessoas trans\* e travestis dos meios educacionais. Em seu primeiro edital publicado em 2018, a instituição apresenta que não houve nenhuma/um estudante aprovado para as vagas reservadas a pessoas trans\* e travestis. Já no ano seguinte com a revisão da Resolução, um resultado estimulante: 11 estudantes aprovadas/os/es, em sua maioria de origem da região sul da Bahia, mas também de outros estados como São Paulo e Piauí. a universidade então se mobiliza para efetivar essas matrículas, tentando entrar em contato com as/os aprovados/as/es. No entanto, segundo a UFSB, apenas uma pessoa formalizou a matrícula. Tem-se a primeira pessoa a se matricular em um curso de graduação por meio das cotas específicas para pessoas trans\* e travestis no Brasil. A homologação da matrícula é bastante simbólica, a instituição afirma que apesar do baixo número de inscrições ainda no começo, é um resultado sintomático de como a universidade deve

desenvolver políticas mais efetivas de enfrentamento a essa exclusão, e que a política de ingresso apenas é insuficiente, era preciso criar condições de permanência, materiais, como bolsas de iniciação científica e auxílios financeiros para custear a moradia, alimentação, transporte, e imateriais, com a assistência estudantil e social para evitar a evasão, apresentando a universidade, os processos burocráticos e a tentativa de criar, em alguma medida, redes de apoio emocional.

É possível identificar um interessante exemplo disso na UFSB. Mesmo em meio aos cortes orçamentários e ataques a educação executados nos últimos governos, de Michel Temer e Bolsonaro, as universidades passavam por essa crise que afetava diretamente o seu funcionamento e a permanência de todos/os/es, no entanto, a partir da movimentação e diálogo com as estudantes trans, a universidade criou em 2021 a política de permanência exclusiva para estudantes trans e travestis. Com o nome de “Vivências Trans” o Edital era voltado a concessão de bolsas de iniciação à pesquisa e extensão para estudantes trans e travestis da UFSB, atualmente esse política faz parte do auxílio permanência para pessoas trans. Para além disso, a universidade é chamada a se movimentar quanto a outras questões de gênero e de combate a transfobia, cumprindo a Portaria da Reitoria nº447/2018, sobre o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero com a qual você se identifica, e com o lançamento no dia internacional da visibilidade trans, da Cartilha Nacional de Serviços Públicos de Saúde para a Pessoa Trans – Rede de serviços Ambulatoriais e Hospitalares Especializados, com o objetivo de apresentar o atendimento regional dos serviços públicos disponíveis.

Outra importante medida visando a permanência de estudantes trans e travestis na UFSB, é a valorização de seus saberes, incentivando a incorporação dos estudos de gênero e sexualidade no seu cotidiano e em todas as áreas do conhecimento

No presente trabalho, além de concordar com a literatura que aponta a importância de ações afirmativas e políticas públicas que garantam a entrada e permanência da população trans\* na universidade com o objetivo de garantir o seu direito à educação e ampliar as possibilidades no mercado de trabalho, argumentamos que a sua presença também busca incidir em questões de ordem epistemológica e impactar na produção do conhecimento desenvolvido nas instituições universitárias.

## **METODOLOGIA**

O debate apresentado neste texto originou-se de uma pesquisa de mestrado na qual procuramos examinar as práticas pedagógicas e perspectivas

educacionais de indivíduos envolvidos em pré-vestibulares destinados a pessoas trans. Optamos por uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas conduzidas entre 2020 e 2021. É importante ressaltar que, devido ao contexto da pandemia de Covid-19, todo o processo foi realizado por meio de videoconferências, sendo as entrevistas gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas.

No recorte que aqui fizemos, apresentaremos as narrativas de um dos nossos entrevistado, Raul Capistrano. Raul Capistrano, integrante da inaugural turma do Transenem BH, é um homem negro, transgênero e heterossexual que concluiu sua graduação em filosofia e obteve o título de mestre em educação. Com 39 anos, a entrevista com Raul abordou sua experiência de estudar em um pré-vestibular voltado para pessoas trans\* e, após ingressar na universidade, sua continuidade no projeto desempenhando papéis como monitor, professor e coordenador.

Cabe destacar que, conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG no projeto de número CAAE 335510620.2.000.5149, no nosso Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as pessoas convidadas declaravam explicitamente se preferiam ser identificadas ou não-identificadas na dissertação e nos trabalhos dela resultantes. Por escolha livre e expressa feita por Raul Capistrano, ele é apresentado nesse texto com o seu nome.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Em primeiro lugar, destacamos aqui a importância dos conceitos produzidos pelo transfeminismo para o nosso estudo. Essa perspectiva estabelece um diálogo profundo com correntes feministas que criticaram a ideia de “mulher universal”, como, por exemplo, o feminismo negro e o feminismo lésbico. De acordo com Letícia Nascimento (2021), as concepções biologizantes presentes no pensamento feminista criavam uma barreira à participação de mulheres trans e travestis no movimento, categorizando-as como homens.

Outra discussão que baseou nossa proposta foi a do realismo perspectivista. Julian Go (2023; 2020) destaca três vias para a inovação na produção do conhecimento: a emergência de novos dados ou a identificação de novos fenômenos; a criação de novos conceitos, categorias e teorias relacionadas a fenômenos previamente estudados; e, especialmente relevante para nós, a mudança de perspectiva. Essa proposta busca oferecer uma alternativa à visão que separa totalmente a produção científica dos/das pesquisadores/pesquisadoras e àquela que reconhece que todo o conhecimento é construído discursivamente por eles/elas. Portanto, a presença de indivíduos de diferentes grupos sociais, especialmente aqueles que

são alvo de processos de exclusão dos espaços de produção de conhecimento socialmente valorizado, traz o potencial de desenvolver o próprio conhecimento.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato de Raul Capistrano é especialmente relevante para refletirmos sobre as expectativas dos voluntários/voluntárias dos pré-vestibulares sociais diante da inclusão de pessoas trans\* nas universidades. Devido à norma cisheterossexual predominante no ambiente escolar, Raul interrompeu prematuramente seu processo de escolarização. No ano de 2015, contudo, duas “novidades” foram cruciais para seu retorno: a possibilidade de utilizar o nome social no ENEM, implementada desde o ano anterior, e a disponibilidade de aulas preparatórias para pessoas trans\* no Transenem BH.

A atuação de Raul no movimento trans\* precede significativamente sua entrada na universidade. Conforme ele relata, a principal motivação para seu engajamento militante é “que as crianças trans na escola possam vivenciar a escola sem ter que fazer uma leitura de si mesmas e pensar que elas são erradas no mundo, que o mundo está certo e elas estão erradas”. Embora a universidade tenha sido, por muito tempo, percebida por Raul como um espaço distante e pouco atrativo, as conversas com pessoas que faziam parte de sua rede de apoio transformaram sua percepção, fazendo-o enxergar o ambiente universitário como potencialmente interessante para ampliar o alcance de seu trabalho. Ao contemplar a entrada das pessoas trans\* na universidade, Raul Capistrano destaca a centralidade da pluralidade epistêmica nesse processo.

Olha, primeiro, a primeira importância é básica, é porque elas têm direito de estudar lá, independente se elas são pessoas trans, a importância é entender o direito delas de estudar lá, mas a importância pra universidade... tem a ver com a universidade passar a entender e aceitar que esses saberes plurais e diversos e que não são de base científica são importantes para as criações, pra manutenção, pra criação, pra produção do conhecimento com base científica, entende? É necessário, então, assim, acolher a comunidade, acolher as diversidades é ampliar o conhecimento, é aquilo ali que a gente quer, a gente quer ampliar o conhecimento de modo a converter a sociedade em um lugar melhor, então, assim, como a gente faz isso? A gente não pode abrir mão de nada! Então ali... quando eu faço defesa da existência de pessoas trans na universidade eu não faço defesa de “nossa, coitada dessas pessoas”, não, não tem nada de coitada, elas têm o direito de estar lá, ponto, a outra parte é que nós não estamos ali porque nós somos... nós gostamos, nós queremos



lidar, nós queremos conviver com o conhecimento e quem gosta de conhecimento de modo a sempre querer mais. Então... porque a gente vai selecionar? “esse a gente não quer, esse a gente quer”, não, eu quero tudo, eu tenho fome e quero todo o conhecimento possível, e ali tem vários, saca? Então não tem a ver com um certo romantismo ou “olha, vamos atender...”, não, não tem a ver caridade não, tem a ver com sermos espertos, sermos inteligentes, a gente quer produzir, a gente quer conhecimento, a gente quer ter arcabouço, a gente quer ter estrutura pra poder mudar e a gente não pode abrir mão de nada. Então aqueles conhecimentos ali são importantes, são outras perspectivas, são outras visões de mundo e que a gente quer abraçar todos. (Raul Capistrano)

Dessa forma, encontramos com Raul um exemplo daquilo que Miguel Arroyo (2010) defende ao insistir para que a produção científica não compreenda os grupos alvos de desigualdade como meros receptores de políticas públicas, mas que busque se aproximar também da maneira como eles se pensam e dos projetos de sociedade que constroem coletivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos voluntários/voluntárias dos pré-vestibulares sociais, abordada aqui, não pode ser plenamente compreendida apenas pelos potenciais danos causados às pessoas trans\* devido aos processos que levam à sua exclusão nos ambientes educacionais, especialmente no ensino superior. Além dessas considerações, acrescenta-se a expectativa de promover mudanças na própria universidade e no conhecimento por ela gerado.

Os pré-vestibulares e as políticas públicas abordados neste contexto desempenham um papel crucial em ampliar a representatividade nas universidades para um grupo amplamente excluído. Em concordância com Julian Go (2023; 2020), argumentamos que as ramificações desse cenário proporcionam perspectivas distintas que, ao participarem ativamente do processo de produção de conhecimento, contribuem para seu aprimoramento.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. N. de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1381-1416, 2010.

CARVALHO, M. A.. TRAJETÓRIA ESCOLAR DE TRAVESTIS E MULHERES TRANS: escolarização, família, trabalho e perspectiva de futuro profissional. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

GO, J. Theoretical innovation and perspectival realism. *Distinktion: Journal of Social Theory*, p. 1-20, 2023.

GO, J. Race, empire, and epistemic exclusion: Or the structures of sociological thought. *Sociological Theory*, v. 38, n. 2, p. 79-100, 2020.

IAZZETTI, B. D.. Existe ‘universidade’ em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

IBTE. INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO. As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil. 2019.

JUNQUEIRA, R. D.; SENKEVICS, A. S. O nome social no Enem, um direito fundamental. In: PRADO, M. A. M.; FREITAS, R. V.. (Org.). *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, v. , p. 177-210.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 70-87, 2020.

NUNES, V. de S. C. et al. Antropologia, diversidade sexual e educação: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia. 2016.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 128 p.

ZANZOTTI, M. I. Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.